

A. I. Nº - 140844.0002/02-4
AUTUADO - JOIVAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE VELAS LTDA.
AUTUANTE - NEY SILVA BASTOS
ORIGEM - INFAZ SERRINHA
INTERNET - 30. 09. 2002

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0349-04/02

EMENTA: ICMS. 1. NULIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. A acusação diverge do fato, levando o contribuinte a defender-se sobre assunto diverso. Item nulo. **2. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. FALTA DE APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO COMPROBATÓRIO.** Infração não comprovada, em face da existência dos documentos que foram apresentados. **3. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO RETIDO.** Infração comprovada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE.** Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 28/06/02, exige o pagamento de ICMS no valor de R\$4.085,17, mais multas de 60% e de 150%, relativamente às seguintes infrações:

1. Utilização indevida de crédito fiscal referente a aquisições para uso ou consumo do estabelecimento – R\$2.798,69;
2. Utilização indevida de crédito fiscal, sem a apresentação do competente documento comprobatório – R\$1.198,00 e,
3. Falta de recolhimento do imposto retido – R\$88,48.

O autuado impugna tempestivamente o lançamento (fl. 28) iniciando por reconhecer como devido o valor exigido relativamente à infração 3. Contesta as demais infrações, mediante a apresentação dos seguintes argumentos:

Infração 1: explica que os materiais adquiridos não foram para uso ou consumo e, sim, para a construção de tanques e reservatórios para o processo de industrialização, enumerando os documentos fiscais e os materiais neles constantes como sendo cantoneiras, chapas, tubos e outros materiais de construção.

Infração 2: Apresenta a Nota Fiscal nº 249 (fl. 43) referente a aquisição de matéria prima, para justificar o crédito fiscal no valor de R\$960,00 utilizado no mês 10/98 e o CTCR nº 110546 (fl. 44) afirmando ser referente ao transporte de materiais adquiridos para a construção de tanques e reservatórios, conforme Nota Fiscal nº 260 (fl. 45).

O autuante presta informação fiscal (fl. 49), conforme:

Infração 1: reafirma a acusação de que os materiais adquiridos não conferem crédito fiscal ao autuado e,

Infração 2: reconhece correta a utilização do crédito fiscal relativo à nota fiscal nº 249, esclarecendo que tal documento não lhe foi apresentado tempestivamente. Quanto ao CTCR, diz que o mesmo não confere direito a crédito fiscal.

VOTO

O presente lançamento foi contestado parcialmente, e somente em relação ao mérito de duas das três infrações apontadas. É que o autuado reconheceu a infração 3, razão da dispensa de minha manifestação sobre a matéria.

Quanto à infração 1, a acusação é imprecisa. Os documentos fiscais comprovam que os créditos fiscais utilizados foram referentes a aquisições de materiais para construção, que não se caracterizam como para uso ou consumo, conforme identificou o autuante. A legislação tributária baiana considera os imóveis por acessão física como aquisições alheias às atividades dos estabelecimentos, conforme artigo 97, IV, “c” e seu §2º, III, do RICMS/97. Embora o crédito fiscal relativo a tais aquisições esteja previsto como indevido, a acusação feita pelo autuante foi de que tais aquisições seriam destinadas a uso ou consumo, diversa da que realmente deveria ser. Entendo que a falha maculou o lançamento por nulidade, porque cerceou ao autuado o pleno exercício do direito de defender-se corretamente, levando-o a se manifestar sobre conteúdo que não era o correto, como fica explícito no teor da defesa. Portanto, entendo que o presente item é nulo.

Relativamente à infração 2, foram identificadas duas situações em que o autuado escriturou créditos fiscais e não apresentou os documentos ao autuante. Na defesa o autuado anexou os dois documentos. O primeiro, relativamente a aquisições de insumos, mereceu aceite do autuante e também merecerá o meu, pois o crédito fiscal relativo a tal aquisição, é permitido pela legislação. Referente ao segundo documento, trata-se do CTCR nº 110546, referente ao transporte de mercadorias adquiridas para incorporação ao ativo imobilizado, conforme Nota Fiscal nº 260, que foi também anexada ao processo pelo autuado. O autuante equivocou-se quando não acatou o documento. É que além de referente a serviços de transportes relacionados com aquisição de mercadorias para o imobilizado, refere-se a frete FOB (por conta do destinatário), situações que conferem ao adquirente o direito à utilização do crédito fiscal, no momento das aquisições, conforme legislação vigente à época dos fatos. Assim, a infração é insubsistente.

Nos termos do artigo 156 do RPAF/99, represento à autoridade competente para que determine o refazimento da ação fiscal, para cobrar o imposto correspondente à infração 1, a salvo de falhas.

O meu voto é pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do lançamento, para exigir o imposto relativamente à infração 3, no valor de R\$88,48.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 140844.0002/02-4, lavrado contra **JOIVAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE VELAS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da imposto no valor de **R\$88,48**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 150%, prevista no inciso V, “a”, do artigo 42, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios.

Sala das Sessões do CONSEF, 26 de setembro de 2002

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO - PRESIDENTE

ANSELMO LEITE BRUM - RELATOR

ÁLVARO BARRETO VIEIRA - JULGADOR